TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO Nº 003/2022 - TJAM

Termo Aditivo, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO AMAZONAS**, vinculado à **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**, o **COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL - SEÇÃO AMAZONAS** e a **ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO AMAZONAS**, na forma abaixo.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, sediado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida André Araújo, s/n.º, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob n° 04.812.509/0001-90, neste ato representado por sua **PRESIDENTE**, Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**, neste instrumento denominado **TJAM**, e do outro lado, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO AMAZONAS**, autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, sediada na Avenida Mário Ypiranga, nº 2884, Bairro Parque Dez de Novembro, Manaus, CEP: 69.050-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.224.028/0001-63, neste ato representado por seu **DIRETOR-PRESIDENTE**, Senhor, **WENDELL WAUGHAM MONTEIRO**, doravante denominado **DETRAN/AM,** o **COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL - SEÇÃO AMAZONAS**, associação civil de direito privado sem fins econômicos, registrada sob o n. 31.865 no Livro A n. 572 em 13/06/2012, com sede e foro jurídico a Comarca de Manaus/AM, localizada na Av. Mário Ypiranga, n. 315, Edifício The office, Conjunto 1401, Bairro Adrianópolis, CEP: 69057-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.366.917/0001-44, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Senhor, **JOSÉ MARCELO DE CASTRO LIMA FILHO,** doravante denominado **CNB/AM** e a **ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO AMAZONAS**, sediada na Avenida Mário Ypiranga, nº 315, Conjunto nº 1401, Edifício The Office, Bairro Adrianópolis, CEP: 69.057-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.123.477/0001-52, neste ato representado pelo Senhor, **DAVID GOMES DAVID**, doravante denominado **ANOREG/AM**, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 2024/000007353-00, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Convênio nº 003/2022 - TJAM, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **substituição de partícipe** e a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**, em atendimento a Resolução nº 363/2021 CNJ e a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que passará a vigorar com a seguinte redação:

> *CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS*

13.1. As cláusulas seguintes são aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

13.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste pacto, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.3. O PARTÍCIPE terá acesso aos dados pessoais que estão de posse do TJAM apenas para as finalidades definidas pelo PARTÍCIPE.

13.4. O PARTÍCIPE deve tratar os dados pessoais que tiver acesso apenas de acordo com as instruções documentadas do TJAM, durante a vigência do pacto, e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, não conseguir seguir as instruções ou de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, deve oficiar de modo formal este fato imediatamente ao TJAM, sob pena de rescisão do pacto, sem qualquer ônus, multa ou encargo.

13.5. É dever do PARTÍCIPE orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados.

13.6. O PARTÍCIPE deverá exigir dos sub operadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.7. O PARTÍCIPE ao tomar conhecimento de que os dados pessoais que recebeu são imprecisos ou desatualizados, deve informar ao TJAM, sem demora injustificada. Neste caso, o TJAM deve apoiar com o PARTÍCIPE para apagar ou retificar os dados.

13.8. No caso de uma violação de dados pessoais relativos a dados pessoais tratados pelo PARTÍCIPE sob este pacto, o PARTÍCIPE deve tomar as medidas apropriadas para lidar com a violação, incluindo medidas para mitigar seus efeitos adversos.

13.9. O PARTÍCIPE também deve notificar o TJAM sem demora injustificada, e no prazo de 24 horas, logo após tomar conhecimento da violação. Esta notificação deve conter os detalhes de um ponto de contato, onde mais informações podem ser obtidas, uma descrição da natureza da violação (incluindo, sempre que possível, categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de dados pessoais em questão), suas prováveis consequências e as medidas tomadas ou propostas para resolver a violação, incluindo, quando apropriado, medidas para mitigar seus possíveis efeitos adversos.

13.10. O PARTÍCIPE deve apoiar e auxiliar o TJAM para permitir que a mesma cumpra suas obrigações nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em particular para

notificar a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD e os titulares de dados afetados, levando em consideração a natureza do tratamento e as informações disponíveis para o PARTÍCIPE.

13.11. As Partes concordam que, o PARTÍCIPE ou o TJAM que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo, e as demais hipóteses em relação a responsabilidade e ressarcimento de danos serão regidos pelos arts. 42 a 46 e seus incisos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

13.12. O TJAM poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o PARTÍCIPE atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, esclarecimentos e/ou informações, no prazo estipulado pelo TJAM.

13.13. Ao encerrar as atividades que fazem tratamento de Dados Pessoais, o PARTÍCIPE deve, à escolha do TJAM, apagar ou devolver os Dados Pessoais em sua posse, e apagar as cópias existentes. O tratamento pelo PARTÍCIPE deve ocorrer apenas pelo período de vigência deste acordo. Até que os dados sejam apagados ou devolvidos, o PARTÍCIPE continuará a garantir o cumprimento deste pacto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUBSTITUIÇÃO DE PARTÍCIPE

2.1. Nos termos previstos na Cláusula Oitava do Convênio nº 003/2022, conforme exposição de motivos anexa, a entidade a seguir identificada torna-se Partícipe do CONVÊNIO e, nestes termos, passa a cooperar, substituindo a ANOREG-AM, excluída do Convênio, na execução de todas as competências operacionais descritas na Cláusula Segunda, item 2.2. do Convênio, bem como em todas as cláusulas em que seja mencionada a ANOREG-AM:

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL - SEÇÃO AMAZONAS, Associação Civil de Direito Privado sem fins econômicos, registrada sob o n. 31.865 no Livro A n. 572 em 13/06/2012, com sede e foro jurídico a Comarca de Manaus/AM, localizada na Av. Mário Ypiranga, n. 315, Edifício The office, Conjunto 1401, 14º andar, Bairro Adrianópolis – CEP: 69057-000.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência estabelecido na cláusula quinta do Termo Primitivo permanece inalterado.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, pelo TJAM, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 c/c o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RATIFICAÇÕES

6.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes comprometem-se ao cumprimento do disposto no presente instrumento, que vai assinado pelos representantes legais dos partícipes, para que produza todos efeitos legais e jurídicos.

Manaus/AM, 12 de agosto de 2024.

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

WENDELL WAUGHAM MONTEIRO
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas

JOSÉ MARCELO DE CASTRO LIMA FILHO
Colégio Notarial do Brasil - Seção Amazonas

DAVID GOMES DAVID
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas

Testemunhas:
Arístocles Rannyeri N. de Lima
Assistente Judiciário, DVCC/TJAM

Blenda Nicolle Pinho Rabelo
Apoio administrativo, DVCC/TJAM

Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge**, **Desembargadora de Justiça**, em 12/08/2024, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DAVID GOMES DAVID**, **Usuário Externo**, em 13/08/2024, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARCELO DE CASTRO LIMA FILHO**, **Usuário Externo**, em 15/08/2024, às 10:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Wendell Waughan Monteiro**, **Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Blenda Nicolle Pinho Rabelo**, **Servidor**, em 10/09/2024, às 07:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Aristocles Rannyeri N. de Lima**, **Chefe de Setor**, em 10/09/2024, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1733409** e o código CRC **BFCE8625**.